

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: +251 11 551 7700 / Fax: +251 11 5 517 844
website: www.au.int

CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
Vigésima Quinta Sessão Ordinária
14 – 15 de Junho de 2015
Joanesburgo - África do Sul

Assembly/AU/16(XXV)
Original: Inglês

**RELATÓRIO DO COORDENADOR DO COMITÉ DOS CHEFES DE
ESTADO E DE GOVERNO AFRICANOS SOBRE ALTERAÇÕES
LIMÁTICAS (CAHOSCC) RELATIVO AOS PREPARATIVOS PARA
EVENTOS MUNDIAIS SOBRE O CLIMA EM 2015**

RELATÓRIO DO COORDENADOR DO COMITÉ DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO AFRICANOS SOBRE ALTERAÇÕES LIMÁTICAS (CAHOSCC), RELATIVO AOS PREPARATIVOS PARA EVENTOS MUNDIAIS SOBRE O CLIMA EM 2015

I. INTRODUÇÃO

1. O relatório abrange os resultados das deliberações da reunião preparatório do Comité dos Chefes de Estado e de Governo Africanos sobre Alterações Climáticas (CAHOSCC), realizada em Joanesburgo em 13 de Junho de 2015; a participação de África nas reuniões da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) em Genebra (8-13 de Fevereiro de 2015) e em Bona (1-11 de Junho de 2015), bem como nas consultas informais em Paris (6-8 de Maio de 2015).

II. REUNIÃO PREPARATÓRIA DO CAHOSCC

2. O CAHOSCC realizou a sua reunião em 13 de Junho de 2015 em Joanesburgo. A reunião tinha como objectivo dar o ponto de situação actual aos membros do CAHOSCC sobre o estado das negociações globais sobre Alterações Climáticas e deliberar sobre a participação de África a este respeito, com ênfase na importância de falar a uma só voz e com incidência na Posição Africana Comum.

III. NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO CLIMA E ABORDAGEM DE TECNOLOGIAS

3. Recordou-se que a África precisa de 7 – 15 biliões de dólares americanos para fazer face às necessidades de adaptação às alterações climáticas, mas, até 2012, tinha recebido apenas 132 milhões. As acções de mitigação precisam de 52-68 biliões por ano até 2030 para colocar o continente numa situação de emissão de pouco carbono.

4. O número de Autoridades Nacionais Africanas Designadas (NDA) e das nomeações de pontos focais submetido ao Fundo para o Clima Verde (GCF) atinge 40. Dentre estes países, 27 solicitaram apoio para prontidão e o Secretariado do GCF tem estado a trabalhar com eles para identificação de necessidades específicas, modalidade de trabalho e apresentar propostas de financiamento da prontidão.

5. Além disso, Nove Países Africanos apresentaram as suas cartas de nomeação apoiando a acreditação de 15 entidades para desenvolver programas e projectos financiados pelo GCF. Duas destas entidades já foram acreditadas, seis têm os seus pedidos a serem revistos e as restantes sete estão em processo de compilação dos seus pedidos.

6. O Secretariado do GCF está a preparar a organização de um seminário em 5 de Setembro em Alexandria, Egipto, para 46 NDA africanas, com vista a fortalecer as capacidades africanas no que diz respeito à prontidão e acesso aos fundos do GCF.

7. Para que a África esteja num caminho sustentável, a Tecnologia é fundamental e decisiva. As capacidades africanas de acesso, aquisição e emprego de tecnologias apropriadas, fiáveis, económicas, limpas e boas para o meio ambiente devem ser reforçadas.

8. O número de Autoridades Nacionais Africanas Designadas (NDA) criadas pelo Centro e Rede de Tecnologia para o Clima (CTCN) atingiu 32.

Recomendações

9. A reunião trocou pontos de vista e decidiu sobre as seguintes recomendações:
- a) Exortar os Estados Membros para continuar a criar sistemas e estruturas para que a África aproveite plenamente a vantagem dos mecanismos globais em termos de finanças e tecnologia, em apoio a medidas de adaptação e de mitigação às alterações climáticas;
 - b) Instar os Estados Membros, que ainda não o fizeram, para continuarem a criar Autoridades Nacionais Africanas Designadas (NDA) e Entidades Executoras Nacionais a fim de permitir o acesso e a utilização dos recursos disponíveis do GCF; e
 - c) Exortar os Estados-membros, que ainda não o fizeram, para continuar a criar Autoridades Nacionais Africanas Designadas (NDA) para CTCN.

IV. ACÇÕES DE MITIGAÇÃO

A. Acções Adequadas de Mitigação a Nível Nacional (NAMAs)

10. A África pode participar nos esforços de mitigação global através da implementação das Acções Adequadas de Mitigação a Nível Nacional (NAMAs) que abrem oportunidades de investimento nas áreas tais como energia e desertificação, eficiência nos processos industriais, mudança de sistemas de combustível dos transportes e gestão de resíduos.

B. Energia Renovável

11. Hoje, os 54 países de África têm cerca de um bilião de habitantes e a população do continente subirá para cerca de 2 biliões em 2050. Para garantir o bem-estar destas pessoas exige, dentre outras coisas, acesso a energia fiável, económica e limpa. O acesso aos serviços de electricidade é um pré-requisito para o desenvolvimento humano e bem-estar bem como para um desenvolvimento económico próspero e a criação do emprego. A África necessita de 'acesso a energia' através de uma expansão de capacidade de produção da energia, dentro e fora da rede.

12. Apesar de África possuir recursos energéticos e um potencial que excede as actuais necessidades, a maioria da sua população enfrenta um défice de energia. O caso de electricidade destaca-se: mais da metade da população de África não tem acesso aos serviços de energia. O continente deve aumentar o acesso a fim de responder às necessidades de uma população em crescimento, ao mesmo tempo reduzindo o crescimento das emissões do gás da estufa a fim de contribuir nos esforços globais, liderados pelos países em desenvolvimento, de acordo com as suas responsabilidades históricas, para fazer face à ameaça das alterações climáticas.

13. Todavia, como a maioria de África é constituída por zonas rurais e tem pouca cobertura da rede, num cenário contínuo, grandes porções das zonas rurais não terão acesso à rede por várias décadas. A iniciativa de energia renovável de transformação deve, portanto, priorizar explicitamente o acesso a electricidade, reconhecendo que grande parte teria de ser feito através de soluções fora da rede, que requer incentivos adicionais, medidas de apoio e de reforço de capacidades. Alguns países já

começaram a instalar a energia renovável de escala, dentro e fora da rede – o que significa uma valiosa experiência africana no avanço para um modelo novo e moderno de energia renovável distribuída está cada vez mais a tornar-se disponível e as lições podem ser partilhadas com os vizinhos.

14. Nos últimos anos, mais da metade dos acréscimos da capacidade ao nível global provêm das fontes renováveis, impulsionados pelos preços que têm tornado a escala de serviços solar PV e eólica *onshore* mais competitivos com a produção de energia baseada em combustíveis fósseis. Por exemplo, nos últimos cinco anos os custos dos módulos solares PV decresceu em cerca de 75% e os custos de geradores de produção de energia de recursos renováveis tornaram-se opções mais baratas em muitos sítios. Os sistemas híbridos de energia renovável descentralizados também estão tornar-se modernos e cada vez mais atractivos para a electrificação das zonas rurais.

15. Como contribuição aos esforços globais, liderados por países desenvolvidos, visando responder ao clima e desenvolvimento, uma resposta regional clara está a ganhar forma numa Iniciativa Africana para Energias Renováveis, sugerida pela AGN, como nova parceria e de transformação, a fim de acelerar a instalação e acesso a energia renovável no continente africano. O objectivo é de catalisar um grande aumento da instalação da energia renovável para ajudar os países africanos a satisfazer as suas necessidades de expandir a energia, atingir desenvolvimento sustentável e erradicar a pobreza. A meta é de fornecer pelo menos 10.00 MW da capacidade adicional de energia renovável e associado reforço e modernização de redes em escalas diferentes, no prazo imediato até 2020. Isto serviria como Fase I da iniciativa, e seria utilizada para reforçar a capacidade e experiência necessárias para um importante esforço de expansão além de 2020.

16. África assumiu a liderança internacional ao apelar a uma parceria global ambiciosa e ao apoio aos programas para a transformação dos sistemas de energias renováveis em todos os países. Esta proposta do Grupo de Negociadores Africanos foi reconhecida pela Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN) na sua decisão 15/9 que: “Insta o Fundo Verde para o Clima, bem como todos os parceiros para apoiar plenamente a operacionalização da Iniciativa do Grupo Africano de Energias Renováveis com vista a pôr em marcha actividades e projectos-piloto concretos com vista a demonstrar todo o potencial desses incentivos e criar as bases para o aumento rápido e massivo.”

17. Foram organizadas duas reuniões técnicas pelo PNUA com vista à troca de ideias e a um maior aprofundamento em relação a eventuais propostas para o efeito, a primeira teve lugar em Adis Abeba, em 17 de Março, e a segunda teve lugar em Cairo em 23 de Maio de 2015.

18. A declaração da Cimeira do G7, realizada entre 7 e 8 de Junho de 2015 em Schloss Elmau, Alemanha, apelou o acesso acelerado para as energias renováveis em África. Portanto, propõe que um plano de acção seja elaborado para a sua apresentação à reunião ministerial sobre o financiamento da luta contra as alterações climáticas que terá lugar em Lima durante as Reuniões Anuais conjuntas FMI/Banco Mundial de 2015.

19. Muitas iniciativas estão a ganhar forma e muitos esforços estão a ser envidados em relação às energias renováveis em África. É de extrema importância assegurar a

liderança e a apropriação, bem como a coordenação e as sinergias de África para evitar a duplicação e a competição, e que essas iniciativas reflectam a posição e os interesses africanos, bem como valor acrescentado em termos de melhorar as capacidades produtivas africanas e o desenvolvimento e a transferência da tecnologia no domínio da tecnologia renovável.

20. É igualmente importante que África desenvolva uma iniciativa no domínio da adaptação que consista no fornecimento de maior apoio para a adaptação em África, tendo em vista a importância da adaptação para África, em conformidade com a posição comum africana que realça a necessidade da paridade entre a adaptação e a mitigação.

Recomendações

21. A reunião permitiu a troca de ideias e chegou a acordo quanto as seguintes recomendações:

- a) Recorda a decisão da Cimeira sobre o programa emblemático da AMCEN sobre energias renováveis, e exorta a importância da sua implementação, e de entrar em contacto, nesse sentido, com a CUA, NEPAD, GAN, BAD, PNUMA e IRENA, e garantir que todas as outras iniciativas e propostas estejam em conformidade com o programa emblemático, e que se acedam aos fundos do Fundo Climático Global, com o Presidente da AMCEN a liderar o trabalho, nesse sentido;
- b) Nesse sentido, concorda que um grupo técnico, liderado pelo Presidente da AMCEN, constituído pela CUA, Agência NEPAD, GAN, BAD, PNUMA e IRENA, formule propostas e projectos concretos, de modo a evitar duplicação e garantir unidade de propósitos para África, em conformidade com a Agenda 2063;
- c) Toma nota do apelo dos líderes do G7, durante a Cimeira realizada a 7 e 8 de Junho de 2015, em Schloss Elmau, Alemanha, para o acesso acelerado às energias renováveis em África, e saúda a manifestação de apoio para com África. Nesse sentido, insta-se ao G7 no sentido de consultar e trabalhar em estreita colaboração com o grupo técnico sob a liderança e orientação da AMCEN de modo a garantir a apropriação e liderança dessas iniciativas por parte de África;
- d) Encorajar a AMCEN, em colaboração com o Grupo de Negociadores Africanos (GNA), para elaborar uma proposta com vista ao reforço do apoio para África em relação à adaptação, bem como às perdas e aos danos, no contexto da Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas e do Fundo Verde para o Clima.

V. Negociações Mundiais sobre as Alterações Climáticas

A. Grupo de Trabalho Ad-hoc sobre a Plataforma de Durban (ADP 2.8) (Genebra, 8-13 de Fevereiro de 2015)

22. A reunião teve como objectivo produzir um texto de negociação, de acordo com o mandato de Lima. A organização da sessão da ADP em Genebra pelos novos Co-presidentes da ADP, foi considerada positivamente, pelas Partes, como transparente, inclusiva e impulsionada pelas Partes. No final da reunião, as Partes chegaram a um acordo em relação ao 'texto de Genebra', que contém 86 páginas (abrange o texto de Lima e as apêndices feitas em Genebra), como base para as negociações que deram início em Bonn, (de 1 a 11 de Junho de 2015).

23. O Grupo africano enfatizou, durante a reunião, que as negociações da ADP visam alcançar um acordo com a força jurídica que reforça o actual regime multilateral baseado em regras; por isso, devem estar em conformidade e orientadas pelos princípios e as disposições da Convenção. O Grupo ressaltou que espera a sua inclusão no acordo das metas relativas à temperatura, metas associadas à redução da emissão, metas de adaptação, com o seu apoio financeiro e tecnológico associado. A meta global da adaptação é um mecanismo para reconhecer a responsabilidade global e a natureza obrigatória da adaptação à comunidade internacional.

24. No que diz respeito à mitigação, o Grupo Africano realçou a importância da diferenciação de tratamento dos compromissos no Acordo de 2015, de forma consistente, com os artigos 3º e 4º da Convenção. O Grupo reiterou que Partir desses princípios não será aceitável.

25. Em relação às finanças, o Grupo enfatizou que o Acordo de Paris deve ocupar-se dos défices actuais e assegurar a inclusão total dos seguintes elementos:

- Princípios claros que orientam as disposições das finanças dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, em conformidade com as responsabilidades claramente identificadas no quadro da Convenção e de outras decisões relevantes.
- Metas claramente quantificadas que ligam o nível de apoio aos objectivos relativos à temperatura e presta atenção em relação às ligações das acções dos países em desenvolvimento e ao apoio prestado aos mesmos, e de acordo com as suas necessidades, conforme identificados por estes, com um processo para rever e actualizar regularmente o nível de apoio a ser previsto para os países em desenvolvimento.
- Basear o actual mecanismo de financiamento e os fundos actuais, incluindo o fundo de Adaptação no quadro dos canais de distribuição.
- Esclarecer as fontes de financiamento e prever a transparência e a MRV dos fluxos financeiros dos países desenvolvidos no âmbito dos países em desenvolvimento.
- Operacionalizar os critérios acordados dos critérios novos e adicionais, previsíveis, sustentáveis, adequados e de partilha de encargos entre os países desenvolvidos.

26. Em relação ao desenvolvimento e à transferência da tecnologia, o Grupo Africano apelou ao reforço do actual Mecanismo para a Tecnologia, estabelecido no âmbito da Convenção, em relação às suas funções, mandato e modalidades de trabalho e através do estabelecimento de uma ligação formal entre o Mecanismo para a Tecnologia e o Mecanismo Financeiro, no âmbito da Convenção, por forma a assegurar a implementação de acções concretas nos países em desenvolvimento, e em particular, nos mais vulneráveis, tais como os países africanos.

B. Consultas Informais realizadas em Paris (Paris, 6-8 de Maio de 2015)

27. O Governo do Peru, que Preside a COP 20, e a França, que irá assumir a presidência da COP 21, levaram a cabo consultas informais em Paris, entre 6 e 8 de Maio de 2015. Estas consultas contaram com a participação de quarenta e nove (49) Partes, na sua maioria a nível de Chefes de Delegações, bem como os Co-presidentes da ADP, o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), e a equipa do Secretário-geral das Nações Unidas. África foi representada pelo Egipto (Coordenador da CQNUAC e Presidente da AMCEN), Sudão (Presidente do GAN), África do Sul (Presidente do G77 e a China), Angola (Presidente do PMA), Quênia e RDC.

28. A Agenda foi organizada de forma a permitir o debate sobre um leque de questões que tratam de diferentes aspectos da "ambição" no âmbito do acordo de Paris" e das vias para aumentar a ambição antes de 2020, definindo os objectivos de longo prazo, bem como a questão do processo e dos ciclos de revisão.

29. O Grupo Africano realçou que o aumento da ambição exige os três principais elementos abaixo:

- A liderança urgente dos países desenvolvidos que se reflecte no aumento das medidas de mitigação e na mobilização célere das contribuições prometidas de 100 mil milhões \$EU;
- Implementação plena, eficaz e sustentada dos resultados do Plano de Acção de Bali;
- Além disso – o aumento da ambição exigirá uma “agenda sobre a ambição” alargada substancialmente no período pré-2020;

30. As discussões em torno dos 3 principais temas da agenda mostraram que a questão da diferenciação está no centro do debate de forma transversal, numa altura em que as partes constituídas pelos países desenvolvidos pressionavam para o estabelecimento das mesmas obrigações e compromissos para ambas as partes, enquanto os países em desenvolvimento atrasavam o processo, ao insistirem na sua diferenciação com os seus homólogos desenvolvidos.

C. Conferência de Bona sobre as Alterações Climáticas (Bona, 1-11 de Junho de 2015)

31. A Conferência de Bona sobre as Alterações Climáticas teve lugar de 1 a 11 de Junho de 2015, em Bona, Alemanha. A Quadragésima Segunda Sessão do Órgão Subsidiário para a Implementação (SBI 42) e o Órgão Subsidiário para a Assessoria Científica e Tecnológica (SBSTA 42) e a nova reunião do Grupo de Trabalho *Ad Hoc*

sobre a Plataforma de Durban para a Acção Melhorada (ADP 2-9) foram realizadas de 1 a 11 de Junho de 2015.

32. A agenda da ADP 2-9 (adoptada desde ADP 2-1) está estruturada Vertente 1 (acordo de 2015) e no Vertente 2 (ambição pré-2020). No âmbito da Vertente 1, a ADP discutiu os seguintes temas: mitigação; adaptação; finanças, tecnologia e reforço de capacidades (meios de implementação); transparência; contribuições previstas e determinadas a nível nacional (INDCs); e outras questões relacionadas com os elementos. No âmbito do 2º fluxo de trabalho, as Reuniões de Peritos Técnicos (TEMs) abordaram a questão do fornecimento de energias renováveis e a aceleração da acção para a eficiência energética em ambientes urbanos.

33. Os Órgãos Subsidiários (SBs) analisaram os pontos de agenda rotineiras sobre: requisitos nacionais de prestação de relatórios; mecanismos do mercado e não relacionados com o mercado; transferência de tecnologia; adaptação; reforço de capacidades; países menos desenvolvidos (LDCs); medidas de resposta; género e alterações climáticas; agricultura; ciência e revisão; e questões metodológicas no âmbito da Convenção e o Protocolo de Quioto.

34. De acordo com o mandato da ADP, o novo acordo deve ser adoptado pela COP21 em Paris (2015) e deve ser implementado a partir de 2020. A reunião da ADP 2.9 tinha em vista a preparação de um documento conciso, coerente e racionalizado de modo a facilitar as negociações de questões substantivas no seio das Partes, com base no documento de Genebra. As Partes demonstraram um espírito positivo e construtivo, embora o ritmo das negociações poderia ser melhorado. Nesse sentido, o Grupo Africano de Negociadores procurou ajudar o processo e os co-presidentes da ADP na garantia de um processo orientado pelas Partes, transparente, inclusivo que constitui um factor fundamental para o resultado de Paris. O documento de negociação progrediu para um forma coerente onde as várias opções para o acordo podem ser negociadas noutras sessões em Agosto e Outubro, de tal forma que os Ministros possam abordar decisões políticas claras em Paris.

35. O Grupo Africano de Negociadores enfatizou a importância de captar o progresso nas negociações, através de versões revistas do documento de Genebra, de tal forma que o acordo emane do documento relativo à Parte. O grupo enfatizou ainda a importância do acordo de Paris resultando num regime internacional baseado em regras multilaterais para o período além de de 2020. Com a AMCEN reunida em Cairo, de 5 a 6 de Março de 2015, o Grupo Africano de Negociadores realçou a visão da AMCEN para o Acordo de 2015, entre outras análises que:

- O acordo será feito ao abrigo da Convenção e de acordo com os seus princípios e disposições, em particular os princípios de responsabilidades comuns mas diferenciadas e as respectivas capacidades e equidade. Realça ainda que a implementação da Convenção e os seus Anexos devem ser consistentes com a ciência e a equidade e realça ainda um sistema baseado em regras multilaterais de uma forma equilibrada e ambiciosa.
- O acordo irá proporcionar paridade entre a mitigação e a adaptação, tomando nota do aumento da sobrecarga para a adaptação nos países em desenvolvimento, a partir de esforços agregados e inadequados da mitigação. Ademais, o acordo deve garantir que a ambição relativa à

mitigação mantenha o mundo actualizado sobre o aquecimento global que está muito abaixo de 1.5 grau centígrado dos níveis pré-industriais até ao fim do século.

- O acordo irá operacionalizar a responsabilidade global em relação à adaptação, através de um objectivo global para a adaptação que melhore a implementação dos compromissos de adaptação no âmbito da Convenção que reconhece os investimentos de adaptação pelos países em desenvolvimento, necessidades de adaptação e os custos, incluindo a adequação do apoio dos países desenvolvidos.
- O acordo deve reafirmar a obrigação internacional de todas as Partes dos países desenvolvidos e outras Partes incluídas no Anexo II, com vista a disponibilizar financiamento para o clima e tecnologia aos países em desenvolvimento como um meio para melhorar a acção em prol do alcance dos objectivos da Convenção.
- Reforçar a ambição antes de 2020, onde a liderança urgente dos países desenvolvidos expressa no aumento da mitigação e agilização da mobilização de 100 mil milhões de \$EU prometeu apoiar acções concretas de adaptação e mitigação; implementação plena, eficaz e sustentável da Convenção através da implementação dos resultados do Plano de Acção de Bali; para além disso – o aumento da ambição que irá exigir uma “agenda ambiciosa” escalonada substancialmente no período anterior ao ano de 2020.

36. O 2º fluxo de trabalho prosseguiu com o processo de peritos técnicos (TEP) para identificar oportunidades de mitigação para a adaptação, saúde e co-benefícios de desenvolvimento sustentável, com um enfoque para o fornecimento de energias renováveis e eficiência energética em ambientes urbanos. Durante a análise, apelou-se aos países desenvolvidos para revisitarem as suas metas de 2020, remover os condicionalismos e melhorar o apoio aos países em desenvolvimento, conforme está contido nos parágrafos 3 e 4 da decisão 1/CP.19.

37. Com base num documento do Grupo Africano, o G77 e a China alcançaram progresso significativo na elaboração de um projecto de documento da decisão de Paris substancial e ambicioso sobre o 2º fluxo de trabalho, reconhecendo a necessidade de acelerar a implementação da Convenção, reforçar o processo de análise técnica para a mitigação, lançamento de um processo de análise técnica paralela para a adaptação e melhorar o envolvimento de alto nível.

38. Estava previsto apoio significativo para a iniciativa de apoio global proposto pelo Grupo Africano para a energia renovável e para a iniciativa complementar ao nível continental avançada através de um grupo de trabalho presidido pelo Presidente da AMCEN e incluindo a CUA, NEPAD, AGN, BAD, PNUA e IRENA.

39. O Órgão Subsidiário para a Assessoria Científica e Tecnológica (SBSTA) realiza, conforme for adequado, avaliação dos conhecimentos científicos sobre as alterações climáticas e orientação para a implementação da Convenção incluindo a resposta às questões científicas, tecnológicas e metodológicas das Partes. Do mesmo modo, a 42ª Sessão do SBSTA discutiu questões de orientação metodológica para as actividades relacionadas com a redução das emissões provenientes da desflorestação

e degradação florestal e o papel da conservação, gestão sustentável das florestas e melhoria das quantidades de carbono florestal (REDD+), o grupo africano realçou a importância de incluir igualmente os benefícios que não estão relacionados com o carbono nos processos de REDD+ e apresentou questões concretas sobre o benefício não relacionado com o carbono. Sobre a agricultura, o debate centrou-se no desenvolvimento de sistemas de alerta prévio e planos de contingência e avaliação do risco e a vulnerabilidade de sistemas agrícolas aos diferentes cenários das alterações climáticas. A SBSTA discutiu igualmente questões relacionadas com a ciência e a revisão incluindo a revisão para o período 2013-2015 que irá informar também as negociações do acordo de 2015 sobre a adequação da meta global de longo prazo de 2C° e 1.5 C° e sobre todo o progresso alcançado para o seu alcance. Ademais, a agenda de SBSTA 42 discutiu questões sobre o impacto da implementação das medidas de resposta, depois de permitir às Partes partilhar informação, experiência e estudos de caso sobre as suas implicações sociais e económicas.

40. O Órgão Subsidiário da Implementação apoia a Conferência das Partes na avaliação e análise da implementação efectiva da Convenção. O 42° SBI discutiu questões tais como Planos nacionais de Adaptação, Capacitação, programa de trabalho de Nairobi, educação e formação de consciencialização pública e transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento. O Grupo África reiterou a importância do processo de formulação e implementação de Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) na discussão, o grupo destacou a importância do desenvolvimento e transferência de tecnologia através dum melhor reforço do Programa Estratégico de Poznan como a única janela que apoia a acção dos países em desenvolvimento sobre a transferência de tecnologia, como a Tecnologia da Avaliação das Necessidades (TNA). No que diz respeito à capacitação institucional para a implementação da Convenção, o grupo África destacou a importância da capacitação para a implementação efectiva da Convenção e apelou para o estabelecimento duma instituição permanente no âmbito da Convenção para garantir uma forma coerente para o reforço das capacidades dos países em desenvolvimento.

41. Em geral, o foco principal da conferência de Bonn sobre o clima era sobre o processo de ADP por causa das promessas contidas para endereçar os entalhes na implementação da Convenção embora as acções e o facto de que a ADP precisa de completar o seu trabalho e adoptar um acordo vinculativo legal até ao próximo Dezembro no COP 21, em Paris. Durante a conferência de Bonn, as partes estiveram positivamente envolvidas para garantir que a ADP satisfaça as expectativas e os prazos. A reunião da ADP 2.9 tinha como objectivo de preparar um texto conciso, coerente e racionalizado de modo a facilitar as negociações das questões substantivas entre as Partes, com base no texto de Genebra; Contudo, os progressos a este respeito têm sido limitados, levantando assim, algumas preocupações em relação à gestão do processo de negociações tendo em vista o tempo limitado restante, de modo a garantir um resultado justo, equilibrado, orientado por parte e coroado com êxito no COP 21.

VI. Outros EVENTOS RELACIONADOS COM AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A. Seminário de Capacitação Regional sobre INDs para a África

42. De acordo com a Decisão 15/8 (Março de 2015) da Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente (AMCEN), o Egipto Organizou o Seminário Regional sobre o Desenvolvimento de Capacidades em África em material de INDCs para África

durante o período de 17 a 19 de Maio de 2015 em Cairo. A organização do seminário foi apoiada pela AGN, UNFCCC, PNUD, PNUMA, EUA e Itália.

43. O objectivo do seminário era de criar entendimento comum entre os países africanos sobre as várias questões envolvidas na preparação e comunicação dos INDCs, e para desenvolver as capacidades africanas em termos de desenvolvimento e negociação INDCs.

44. 43 participantes a representar 32 países¹ africanos participaram do seminário. Além desses, 18 participantes, incluindo os principais oradores, pessoas capacitadas, representantes de agências da ONU, representantes de grupos de reflexão, a sociedade civil, bem como representantes da Presidência Francesa de COP 21, e os EUA tomaram parte no seminário.

45. As mensagens principais que transpareceram das deliberações e dos debates do seminário foram:

- A adaptação deve ser enquadrada como uma obrigação global que deverá ser uma parte integrante do acordo de 2015. Os investimentos de países africanos em adaptação deveriam ser reconhecidos como uma contribuição para o esforço global sobre as alterações climáticas, uma vez que a carga da adaptação crescente desvia os recursos de outras actividades de desenvolvimento.
- Mesmo que os países africanos não tenham informações importantes sobre a adaptação, é importante apresentar a melhor informação disponível sobre as aspirações de planificação de adaptação, as necessidades de adaptação e onde for possível, os investimentos passados.
- As tarefas das Partes do Anexo II para proporcionar apoio precisam de ser consideravelmente fortalecidos na apresentação de INDCs, e no Acordo de 2015, e um apelo aos países desenvolvidos para comunicar os seus compromissos para o apoio após-2020 foi visto como passo importante para um acordo bem-sucedido em Paris.
- A ligação entre a mitigação, adaptação e meios de implementação precisam de ser enfatizados e fortalecidos.
- Sobre a mitigação, os países africanos são incentivados a apresentar o potencial de mitigação como premissa de apoio disponível, até que haja clareza de regimes de apoio após-2020.
- Os participantes manifestaram cuidado na reflexão de acções apoiadas vs. não apoiadas antes do esclarecimento das obrigações explícitas pelos países desenvolvidos na prestação de apoio, meios para a Acção Climática nos países em desenvolvimento, tomando em consideração a necessidade de não prejudicar os resultados das negociações através do

¹ Argélia, Angola, Burkina Faso, Burundi, Chade, República Centro Africano, República Democrática do Congo, Egipto, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Guiné, Libéria, Líbia, Quênia, Madagáscar, Malawi, Mali, Níger, Nigéria, República de Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, África de Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabwe.

desenvolvimento de INDCs, como o regime actual estipula que, para os países em desenvolvimento as medidas de mitigação apropriadas são voluntárias, e dependem da extensão do apoio recebido em termos de financiamento, tecnologia e capacitação dos países desenvolvidos.

- Afirma a especificidade das circunstâncias nacionais, e urgência para a prestação de apoio aos países vulneráveis, particularmente em África.
- As INDCs deveriam ser usadas como um gasoduto para o apoio pelo GCF, sob a orientação do Presidente AMCEN.
- A necessidade de melhorar e actualizar as directrizes e o modelo de AGN-INDC. A simplicidade nas directrizes, e nos factos concretos deveriam informar a actualização das Directrizes de AGN-INDC.

46. Durante o workshop, os seguintes dois pedidos foram dirigidos a AMCEN:

- Organizar um Seminário/evento para desenvolver capacidades africanas a respeito de apresentar as propostas do projecto para GCF. A este respeito, verificou-se que o Secretariado de GCF está em processo de preparação dum seminário no dia 5 de Setembro de 2015, em Alexandria, Egipto para todas as 46 autoridades Africanas designadas.
- Para ajudar a identificar os recursos (especialistas/financeiros) é necessário que os países africanos desenvolvam as suas INDCs.

Recomendações

47. A reunião acordou na troca de pontos de vista e concordou com as seguintes recomendações:

- a. Solicitar a AGN para rever e actualizar as suas directrizes para as INDCs, tendo em conta as deliberações e conclusões do seminário;
- b. Solicitar AMCEN para disponibilizar as directrizes de AGN-INDC, bem como os resultados do workshop, através de meios electrónicos;
- c. Incentivar todos os países africanos a fazerem uso das actualizações de AGN - orientações das INDC, na preparação e desenvolvimento das suas INDCs.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Assembly Collection

2015-06-15

Report of the Coordinator of the Committee of African Heads of State and Government on Climate Change on the Preparations for Global Climate Events in 2015

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8516>

Downloaded from African Union Common Repository